

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROBLEMATIZANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹

Carlos Frederico B. Loureiro*

O que representa efetivamente a crise socioambiental contemporânea no âmbito das famosas crises cíclicas do capitalismo? Falarei a respeito do tema, vinculando-o à educação ambiental, particularmente a esta enquanto política pública. Fazer tal exposição e reflexão é importante uma vez que, por diversos motivos, a discussão de como se constitui o ambiente enquanto bem comum e de qual é o papel do Estado na promoção da educação ambiental no espaço da gestão pública foi muito marginal dentro do campo até o início da década de 2000. A honrosa exceção se deu em processos promovidos pela extinta Coordenação de Educação Ambiental do IBAMA.

De 2002 para cá o cenário começou a se alterar, principalmente após a regulamentação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, e o tema entrou em pauta, contudo majoritariamente por um viés que considero problemático, uma vez que vinha associado à promoção de processos que resultavam no esvaziamento do Estado – algo grave em um contexto de forte privatização do que é público. E agora, nos últimos sete/oito meses, estamos criando uma nova oportunidade, por meio da reconfiguração de forças dentro da educação ambiental, de trazer esta discussão para um plano que considero oportuno, no qual entra de forma incisiva a defesa

¹ Síntese da aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG, proferida em 31/03/2009.

* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da UFRJ. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS/UFRJ. Pesquisador do CNPq. E-mail: floureiro@openlink.com.br

do que é público, de suas institucionalidades, e a problematização de qual é o papel do governo na garantia do bem comum em uma sociedade de classes.

Há ainda outro elemento importante que refletir sobre esta temática propicia: ter maior clareza acerca do uso de certas palavras que viraram “palavras de ordem”. Quando se perde a vinculação do conceito à prática social, às condições materiais existentes, o debate fica em cima de simpatias pessoais ou motivações estritamente ideológicas...

Isso gera vários agravantes, não só políticos, que é o que estou enfatizando aqui, mas problemas no campo epistemológico. Porque são conceitos que ao se tornarem senso comum passam a explicar tudo e coisa nenhuma ao mesmo tempo. E a educação ambiental é repleta de usos deste tipo. E a possibilidade de se estabelecer a crítica, a reflexão, quando a própria formulação é confusa, fica muito prejudicada. Palavras como: “transformação social”, “alienação”, “práxis”, “emancipação”, “autonomia”, “bem comum”, “público”, “crítica”, são reproduzidas sem se entender a história desses conceitos, de onde vem e quais processos sociais explicam. Vira tudo discurso, sem se pensar como tais conceitos se traduzem efetivamente nas políticas públicas que interferem nas condições existentes.

Então vou começar a fazer um exercício reflexivo sobre a educação ambiental, trazendo-a para o contexto atual e o que é apresentado por estudiosos do assunto como características dessa fase do capitalismo (pós-anos 1970).

Na verdade, o que acontece de lá para cá? Como o capitalismo procura superar suas crises para garantir aquilo que lhe é estrutural? Aquilo que lhe é intrínseco enquanto relação?

Entender onde está o processo determinante da configuração do capitalismo hoje é decisivo para a compreensão da própria discussão ambiental. Por que se não é feita essa discussão, a tendência é despolitizar, colocando a ênfase estritamente no plano ético-moral – o que explica em parte os motivos que levam a educação ambiental a ficar presa à promoção e questionamento de valores e se afastar da política e da economia. É como se tudo fosse um jogo simbólico e cultural; fica parecendo que é apenas uma questão de se deixar de ser egoísta para ser bom, deixar de ser competitivo para ser solidário. E como se tal mudança se desse em cima de uma escolha pessoal livre, descolada das relações sociais historicamente definidas.

A realidade não opera assim.

Então a questão central não é desejar individualmente a mudança da sociedade moderna capitalista para uma sociedade sustentável, por mais que isso seja relevante. Ou humanizar essa sociedade, que é outro conceito que também aparece muito. Eu não acho isso viável, realmente não acho isso viável em função do que é próprio de uma sociedade produtora de mercadorias. A sociedade não é um ente separado de nossas relações. Então, é preciso muito mais do que a mudança ética, é preciso estabelecer um processo coletivo, um projeto político no sentido gramsciano, em que haja uma intencionalidade clara por parte de agentes sociais em superar e transformar as relações que constituem esta sociedade e, portanto, a nós mesmos. Nós, nessa sociedade. Não é a sociedade e nós. Somos nós, nessa sociedade. Porque para mim, e obviamente para toda a tradição marxista na qual me insiro, as práticas sociais não podem ser pensadas de forma unidirecional. A sociedade não é a simples expressão daquilo que somos individualmente.

Logo, para fins de método de análise da realidade, a questão determinante não é dizer se a pessoa X é boazinha ou se não é boazinha naquilo que afeta a qualidade ambiental; a questão é entender o que ela expressa, encarna como sujeito em relações sociais condicionadas pela apropriação privada do que é socialmente produzido. Isso é completamente diferente de se fazer julgamento de valores.

Com este olhar, o que é o prioritário em termos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil? O fato concreto é que estamos diante do avanço do capital, dos processos de geração de riqueza no mesmo movimento de ampliação da pobreza e da degradação ambiental, do esvaziamento das instituições públicas e uso do Estado como elemento que legitima e reproduz a acumulação via liberalização de mercado. E é interessante observar o seguinte: todo o discurso hegemônico era de minimizar o Estado como forma do próprio mercado e a sociedade civil em geral se auto-regulará, mas nunca o Estado foi tão utilizado para atender aos interesses privados como no período neoliberal do capitalismo.

Este movimento de reorganização produtiva e refuncionalização do Estado para assegurar o avanço do mercado gerou um impacto brutal no campo ambiental. Gerou e gera tal impacto porque para se recuperar, o sistema intensifica a produção e reduz o tempo do ciclo econômico para poder ampliar a criação de capital. Só que isso se dá estruturalmente

sob uma base desigual e de “defasagem” entre consumo e produção.

Aliás, aqui entra um “parêntese”. Considero equivocado se falar em “sociedade de consumo” separando o consumo da produção; não há como se pensar consumo sem produção por vários motivos. Alguns até falam em “sociedade de consumidores”, aí faz mais sentido, é um conceito mais adequado.

É preciso entender que esse movimento em direção ao consumo se dá porque há uma produção maciça, expansiva para fins de acumulação. E mais do que isso: quando se foca só o consumo, algo que é muito forte na educação ambiental se joga a responsabilidade unicamente no indivíduo. É aquela coisa assim: Você decide se usará batom x ou y, roupa a ou b. Ora, grande parte da população sequer tem esta discussão posta como possibilidade. Mesmo que se considere que uma parcela reduzida faz uma determinada escolha (não totalmente livre individualmente uma vez que esta escolha se refere ao status de classe e ao lugar social), é preciso entender que o impacto da produção de um objeto de consumo na cadeia produtiva é muito maior do que o impacto final do consumo. Ou seja, quando eu decido consumir um refrigerante, por exemplo, o meu impacto não está só naquilo que eu despejo de volta, no meu rejeito, além dos efeitos na saúde, é claro. O impacto, na hora que fecho o ciclo econômico pelo consumo, tem sua origem na produção. Ou seja, o impacto maior está exatamente na produção daquela lata e da fórmula específica de bebida, nas relações de trabalho que estão embutidas aí, no tipo de material utilizado, no respeito ou não às normas ambientais existentes. Inclusive, a reciclagem, que é um componente importante, que todos nós devemos estimular, não representa muito em termos de redução de danos ambientais se comparada com o impacto gerado anteriormente na produção. O movimento em direção ao consumo, como movimento igualmente ideológico de deslocar a discussão da produção e da esfera pública para a responsabilidade do indivíduo é um movimento intrínseco ao capital. A pessoa é convencida de que a responsabilidade começa e termina naquilo que se consome.

E é óbvio que isso afeta toda a discussão de política pública. A coisa por vezes é sutil, mas convence: se o foco fica no indivíduo, na moralidade e no consumo, não há motivos para se enfatizar a construção de políticas públicas, fazer a discussão de fortalecimento do Estado, pelo contrário.

Há outro processo econômico da atual formação societária que precisa ser compreendido: quando há muita acumulação, o capital precisa ser reinvestido, mas para ser reinvestido, ele tem que ser feito em cima de novos mercados porque do contrário “satura”, favorecendo a redução do lucro (algo letal para a saúde do sistema). É esta necessidade estrutural de acumulação e expansão que caracteriza o movimento de mundialização do capitalismo. E tem outra característica embutida nesta: para uma empresa capitalista ser competitiva, precisa atuar em duplo sentido. Um é no ganho em cima do trabalho... E não é casual que as multinacionais fazem forte movimento em direção à América Latina, à África, à China e à Índia – nestes países e continentes se consegue fazer um processo de expropriação mais intenso do trabalho e garantir maior ganho. E, dois, isso é feito por meio da flexibilização dos direitos trabalhistas, da especulação em torno dos salários e do avanço tecnológico, ampliando a produtividade do trabalhador e otimizando os gastos de matéria e energia por unidade. O que garante a massificação da produção e o estímulo ao consumo por meios simbólicos, incentivos fiscais ou facilidades na obtenção de crediários.

Antigamente, para produzir um carro se gastava “x” de matéria-prima, hoje em dia se gasta muito menos por unidade, mas em compensação se pode despejar no mercado um volume muito maior de carros e torná-lo um bem necessário para o status de classe. Logo, esse movimento de avanço tecnológico, intensificação da exploração do trabalho e expansão do mercado faz com que o capitalismo avance brutalmente como forma social hegemônica em todo o planeta, eliminando culturas e organizações sociais que se mostram antagônicas a seus interesses.

E o que vai acontecer com a América Latina, como resultado imediato, é a reprimarização da economia. O que isso significa? Reprimarizar a economia significa o que alguns preferem chamar de neocolonialismo, ou seja, fazer com que a América Latina volte a cumprir uma função de grande fornecedora de matéria e energia. E não é casual que o PAC do governo federal vai nesta mesma linha.

Mas nem tudo está perdido! Há efetiva resposta popular. O que vai acontecer na América Latina é uma retomada de movimentos sociais que estavam muito fragilizados, justamente nos últimos 20 anos, por força do esfacelamento do mundo do trabalho. Mas esses movimentos voltam a ganhar força porque nascem da própria contradição da sociedade. O

MAB, por exemplo, nada mais é do que o produto de uma lógica de construção de hidrelétricas que desconsiderava as populações e seus territórios. E assim vários movimentos sociais se definem.

Tal fenômeno de expansão da resistência dos movimentos sociais ocorre na América Latina toda.

Ai entra a questão da sustentabilidade enquanto disputa discursiva que porta a materialidade dos processos acima descritos, os conflitos de interesse entre agentes sociais e os antagonismos de classe. Todavia, é interessante observar como muitos ideologicamente fazem a defesa da sustentabilidade, afirmando que não há mais discussão! Que o caminho foi encontrado!

Ora, para ser sustentável é preciso conseguir integrar as variáveis econômica, ecológica, cultural, político-institucional, entre outras, sob premissas de igualdade e universalidade.

A questão já deixa de ser consensual neste ponto. Não há possibilidade, em relações desiguais como as que vivemos, de se dizer que o projeto de sustentabilidade de uma empresa capitalista é o mesmo que o projeto dos trabalhadores rurais. Não é e nem pode ser neste marco societário.

E qual é o papel do Estado na mediação, na garantia de que os conflitos existentes, estruturais, sejam passíveis de acordos, no sentido de permitir minimamente a convivência social e de tensionar no sentido da construção do bem comum sob bases igualitárias?

Não vamos ficar na idealização... como é que se faz o movimento para o futuro, sem a garantia de que o futuro será aquilo que a gente deseja? E não há nenhuma garantia mesmo! Isso é outra coisa importante.

Existe hoje um “*barulho*” dentro da educação ambiental que diz assim: - “Ah, vocês críticos querem ser os salvadores do mundo!” Não! Esta é uma afirmação equivocada que expressa uma compreensão errada da tradição crítica. Não temos nenhuma pretensão de sermos os *salvadores do mundo*. Até mesmo porque cada fase histórica expressa suas contradições e traz problemas próprios, não existindo a possibilidade de se alcançar uma “sociedade perfeita”. Só que existe uma diferença fundamental entre se ter clareza da situação em que se está e, em cima disso, ter um projeto e uma intencionalidade para intervir na situação, e apenas “levar a vida” sem atuação posicionada no plano político e coletivo, respaldando-se em cima de leituras relativistas da

realidade socioambiental e do subjetivismo que prega estritamente a preocupação com as vivências individuais.

O que existe com clareza para os críticos é que estamos aqui para fazer a história de nossas sociedades na natureza. Hoje, concretamente, fazer uma história que supere o atual cenário de degradação e barbárie implica atuar no enfrentamento das formas de expropriação, dominação e opressão que conformam as relações sociais capitalistas, por meio de projeto político que envolve e tem nos agentes sociais expropriados sua base de sustentação.

Voltando à sustentabilidade, objetivamente falando, o desafio, portanto, é garantir simultaneamente: espaços para discussão e decisão política; que os ciclos ecossistêmicos sejam preservados; e que todos possam ter dignidade de vida. A rigor ninguém é contra isso. Pelo menos os dois últimos pontos... o primeiro tem gente que é contra mesmo, mas os dois últimos, não. Bom, aí é que considero que a situação fica inviável para fins do que o capitalismo oferece como possibilidade... por alguns motivos...

Primeiro, porque o aumento da rotação do capital junto com o aumento de consumo propicia a “obsolescência programada” e a “obsolescência simbólica”, criando desejos incessantemente, por meio do uso do marketing e da propaganda. Com isso, se é bombardeado diariamente com estímulos que criam e recriam necessidades simbólicas.

Segundo, porque temos a ampliação da concentração de riquezas, da apropriação privada da natureza (o que remete à discussão da água, da terra, da biodiversidade), sob uma lógica legitimada culturalmente e institucionalmente de domínio tecnológico, do direito à informação e ao conhecimento científico, sob a égide da propriedade privada...

Terceiro, porque a alienação se estabelece de forma plena, alcançando nossas subjetividades. E aqui cabe uma nova breve explicação sobre esse conceito mal compreendido. Outro dia vi em uma discussão a pessoa falar assim: “as massas estão alienadas”, o que é um erro, pois fica parecendo que alguns estão perdidos e que outros são iluminados. Para nós não existe “massas alienadas”, as relações é que são alienadas, as relações são objetivamente relações de estranhamento, decorrentes de formas de expropriação e apropriação que impedem a livre atividade ontocriativa humana.

Todos nós somos alienados no marco do capitalismo, todos nós temos relações de estranhamento com aquilo que somos capazes de criar

pela práxis... portanto, a nossa relação com o outro é uma relação mediada pela lógica da coisificação e da mercantilização. Contudo, como nos lembra Mézáros, isto não se dá de forma monolítica ou homogênea, posto que se assim fosse não haveria saída histórica. O que permite a busca da consciência da situação e a transformação da realidade no próprio movimento contraditório da sociedade.

Agora podemos retornar ao tema da educação ambiental enquanto política pública. Tem uma coisa que ficou muito forte no campo, e que é muito sedutora: focar na cultura e na linguagem, desconsiderando os processos sociais do trabalho e como se configura a sociedade. Associado a este posicionamento vem todo um discurso ideológico de que não cabe mais buscar a igualdade, mas sim promover a diversidade. Mas é preciso lembrar uma coisa: qualquer conceito sensato de igualdade pressupõe diversidade; o antagonico da igualdade é a desigualdade, não é o diverso... e o antagonico do diverso é a padronização... essa discussão deslocada é extremamente frágil... Principalmente porque ela faz contraponto a algo que não é o seu contraponto...

A defesa do diverso tem que ocorrer na órbita da discussão pública, porque o diverso também tem seus limites, o jogo democrático tem que ter o seu limite que é permitir a convivência entre as pessoas. Não enfrentar a questão da necessidade de regulação democrática é um dos grandes problemas da lógica liberal.

Logo, o desafio não é fazer a apologia do diverso pelo diverso, como se isso se bastasse em si mesmo. O enfrentamento da questão está em saber como se define a diversidade, como se estimula a diversidade, sim, mas no âmbito da discussão pública e da garantia de condições de vida igualitárias. Por quê? Porque do contrário se mistura diversidade com desigualdade, se naturaliza a desigualdade; é por isso que é comum se ouvir: “Diversidade de cor, de gênero, de opção sexual e de classe”. São coisas diferentes! Classe remete à igualdade e a seu antagonico e não à diversidade.

Essa discussão toda se reflete no momento de pensar o Estado e como atuar neste para fins de construção de políticas públicas. O discurso hegemônico e sedutor da diversidade por ela mesmo, da iniciativa autônoma de pessoas e grupos fora das relações institucionais, de ênfase na linguagem, vem acompanhado da posição de que o Estado é sempre e necessariamente fonte de opressão. Ora, não é o Estado como ente isolado que é fonte de opressão, mas sim este Estado moderno

estruturado para atender e reproduzir a sociedade burguesa! Mas o Estado também não é monolítico, materializa, contraditoriamente, relações de força entre agentes sociais, e apresenta-se como aparelho de dominação e estrutura básica de organização da sociedade contemporânea, universalizando, instituindo e legitimando determinadas formas econômicas e culturais produzidas na história. Logo, não pode ser simplesmente negado. Deve ser superado. E para isso é preciso ser exercido o controle social de seus instrumentos para que estes atendam ao interesse público e à construção do bem comum. Do contrário, o mesmo fica sob domínio exclusivo das forças conservadoras que buscam reproduzir a configuração social excludente e autorizar a liberalização da economia para atender aos interesses privados.

E parte da esquerda brasileira que se contrapôs à ditadura, tem um ranço na discussão do Estado e dificuldades reais de fazer a análise sem cair em dualismos. Com isso, toda a reflexão fica polarizada... De um lado, a sociedade civil é vista como espaço da harmonia, do consenso, da bondade; de outro, o Estado é visto como o lugar da imoralidade, das relações corruptas e opressoras. O curioso é que se esquece que as dicotomias sociedade civil-Estado e economia-política foram produzidas por teóricos liberais!

O que de fato tem ocorrido é o que alguns autores chamam de confluência perversa. A direita e parte da esquerda que super valoriza a sociedade civil (posta sem conflitos e interesses antagônicos), ao enfatizarem as organizações da sociedade civil em um contexto de esvaziamento do Estado e das instituições públicas, acabam por favorecer a privatização do que é público, a concorrência mercantil, a lógica de prestação de serviços e terceirização em detrimento das políticas sociais e do fortalecimento do trabalho.

O que isso propicia na educação ambiental? Faz com que esta tenha tornado prioridade estratégias e projetos que não fortalecem as instituições públicas. Não é casual que grande parte dos educadores e educadoras ambientais, em 2007, não entrou na discussão do desmembramento do IBAMA e destruição da educação ambiental que existia em sua estrutura organizacional desde 1992. Além disso, o campo passou muito tempo sem discutir porque a estrutura da educação ambiental no MEC e no MMA tem pouquíssimos servidores públicos.

Mais um exemplo para ilustrar. Há algum tempo eu estava problematizando a atuação de algumas ONGs que realizam projetos de

educação ambiental e que passaram à condição básica de prestadoras de serviço de governos e empresas. Algo que esvazia a esfera pública de debate e tomada de decisão, independentemente da qualidade técnica da proposta. Uma pessoa falou para mim a seguinte frase, na qual fica evidente a contradição que vivenciamos nestas relações: “Você precisa entender que o trabalho que a gente faz é muito bom... que eu quando era professor da rede pública não conseguia fazer esse trabalho e agora como estou fazendo pela ONG, eu consigo realizar esse trabalho”. Respondi: - você, em seu próprio questionamento ao meu argumento reforçou o que eu disse. Primeiro não estou dizendo que o trabalho é bom ou ruim, não estou entrando nesse mérito, não estou fazendo julgamento, até porque eu teria que analisar projeto a projeto. Não posso dizer que todos os trabalhos que são feitos numa lógica direta de empresa são ruins!! Não, não estou dizendo isso. Muitos são de excelente qualidade. Eu estou dizendo que ao fazer isso sem ter a discussão pública acerca das prioridades, e por meio de uma lógica que esvazia a decisão coletiva e a responsabilidade das instituições públicas, o que faço é cumprir uma responsabilidade pública via privado. Eu transfiro a responsabilidade pública para o setor privado, o que é a reprodução do modelo gerencial do mercado.

Vejam os que ocorreu nesta situação. Para conseguir atingir determinado objetivo, a pessoa aceitou concretizar um projeto que se sustenta na transferência de atribuições do público para o privado (mesmo diante de todo o cenário e seus nexos causais que apontei anteriormente)... não estou dizendo que este indivíduo não possa fazer isso... há inclusive motivações de sobrevivência material que legitimam a aceitação... mas uma coisa é se aceitar isso e falar: “é assim mesmo, não há alternativa”. Outra é realizar isso e falar assim “é melhor fazer isso do que não fazer.... preciso fazer isso para ganhar experiência e me manter materialmente... mas tenho clareza de que preciso atuar politicamente porque essa relação reproduz mecanismos desiguais do mercado, porque devo fortalecer o trabalhador da rede pública de educação, garantindo o direito universal à educação. Eu não posso esvaziar a rede pública, porque na hora que eu esvaziar a rede pública, permito as atrocidades que se vê em todo país”

Então, é preciso ter muito cuidado com o discurso hegemônico porque faz o deslocamento para a esfera da linguagem, esquecendo o trabalho, define o espaço público apenas como espaço da vida social,

aceita o pragmatismo ambientalista.

O público para se tornar público (e público remete ao que é comum, e se é comum é igualitário e universal), exige entender e intervir na correlação de forças que materializam o papel do Estado na garantia do que é universal, igualitário, ou não... ou não, porque ele pode exatamente reproduzir o inverso, por seu caráter definidor da nação na modernidade – e no caso da sociedade de classes ele atende prioritariamente à reprodução da desigualdade...

Mas o papel determinante do poder do Estado nessa discussão, para garantir a possibilidade do que é comum, é absolutamente indispensável. Não pode ser secundarizado ou minimizado. Deve ser enfrentado em todas as suas contradições e dificuldades e encarado como um espaço de luta social.

É preciso tomar como prioridade estratégica na educação ambiental, portanto, o fortalecimento dos espaços públicos efetivos. Logo, as discussões e decisões vinculadas àquilo que é estruturante do universo formal (articulação com movimentos dos trabalhadores da educação, intervenção nas políticas de currículo, na gestão escolar, no planejamento pedagógico e nas condições de trabalho) e da gestão ambiental pública (licenciamento, áreas protegidas, portos, pesca, espaços de gestão variados – conselhos, comitês etc.) precisam alcançar status de prioridade.

E outra coisa precisa ser comentada... quando se traz a questão política para o cerne da educação ambiental, nos termos postos aqui, os conflitos estruturais desta sociedade são nomeados e os temas ambientais ganham materialidade, uma vez que posições, interesses e necessidades que são divergentes se apresentam e se institucionalizam. Assim quando, por exemplo, falamos: É a água a nossa preocupação! A água aparece não mais como um problema em si, mas se objetiva por meio da explicitação de seus usos, formas culturais dos grupos significarem e se apropriarem, criarem ritos e práticas sociais. É a água em suas formas sociais de uso e apropriação material e simbólica que é pensada, problematizada, significada e compreendida. A educação ambiental, ao propiciar e potencializar este processo, permite que os sujeitos sociais tenham condições de intervir e decidir sobre quais são as formas que a gestão ambiental pública irá adotar para concretizar o interesse comum.

A premissa básica de um Estado de Direito democrático, de matriz republicana, como é o caso do Brasil, é assegurar a participação de todos

e dignidade de vida para todos, sem qualquer forma de discriminação. Só que este Estado de Direito se estabeleceu sob premissas liberais e relações capitalistas, conseqüentemente, constituiu-se enquanto um Estado que assegura em primeiro lugar o direito à propriedade privada e à liberdade individual com base na concorrência de mercado e na lógica meritocrática. Um Estado que legitima e é legitimado por uma cultura que garante privilégios e que ideologicamente reproduz a certeza de que as classes e frações de classe dominantes não possuem tais privilégios! Como disseram Bourdieu e Passeron, no plano simbólico, o maior privilégio que existe é estabelecer como verdade que os privilegiados não estão nesta condição e que o padrão societário atual é justo e universal.

Logo, o famoso “todos” não está dado, uma vez que se define em relações desiguais, de dominação e preconceito, que estabelecem antagonismos estruturais que não são resolvidos pelo simples apelo humanitário ou desejo de que a política pública seja para todos indistintamente. Isto implica que os agentes e instituições de Estado não podem assumir neutralidade em seus atos e na execução de políticas públicas. Estes devem necessariamente saber definir estratégias de reversão dos processos sociais assimétricos e dialogar com os múltiplos grupos e classes em defesa do que é público e na garantia do ambiente como bem comum.

E este é um desafio que está posto para as políticas públicas de educação ambiental no Brasil.